

de novo: um autor estrangeiro e sobretudo um norte-americano, a citar tantos autores e sobretudo brasileiros!

Enriquece a obra um “Apêndice” de Ditos comuns relativos à Gente de cor, (pág. 384 e ss.), fruto de longas observações e aplicações ininterruptas de centenas de questionários.

E, como conclusão lógica deste trabalho sistemático, o autor sintetiza o problema racial no Brasil numa sequência de 26 itens, chamadas, por modéstia científica (?) de “hipóteses” conclusivas, (págs. 345-371).

Por todos esses motivos afirmamos que a obra de Donald Pierson é a primeira obra científica que surge no Brasil, de estudo sistematizado e objetivo das relações de raça, reconhecendo o nosso racismo ou criptoracismo, mas bem diferente do racismo legalizado dos Estados Unidos.

E ainda, fazendo nossas as palavras lúcidas e serenas de Arthur Ramos, diremos que

“O que é inegável é que o livro de Pierson abre horizontes novos na sociologia brasileira no capítulo das relações de raça. De hoje em diante, nenhum estudioso brasileiro poderá dispensar na sua mesa de trabalho este livro do Professor Donald Pierson, em que devemos enxergar um sociólogo americano da geração moderna, que chega ao Brasil, não para lançar sobre nós aqueles terríveis anátemas dos velhos e intransigentes *scholars*, mas para compreendê-lo com espírito objetivo, integrado que se acha hoje dentro de nossos problemas e das nossas aspirações”.

Por isso é bom não esquecer que esta segunda edição foi inteiramente revista e muito enriquecida e aparece com uma nova introdução preparada pelo autor especialmente para esta edição. Porém, já a primeira edição, em 1942, entre muitas outras obras de vários autores, que entraram em competição, foi premiada com o *Anisfield Award*, como o melhor livro científico e erudito publicado naquele ano no campo das relações raciais, pela quantidade de dados organizados sistematicamente, como também pela compreensão de abordar o problema, e clareza da apresentação.

FREI GIOVANNI BOZIC

* *

*

BASTIDE (Roger) e FERNANDES (Florestan). — *Branco e negro em São Paulo*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. Brasileira nº 305. 3ª edição. 305 pp.

É a terceira edição de um dos mais delicados e corajosos, completos e vibrantes trabalhos da dupla que honrou, num recente passado, a Universidade de São Paulo: Roger Bastide e Florestan Fernandes, em colaboração inteligente e exaustiva de vários outros especialistas, incluindo o trabalho de alunos e ex-alunos.

É bem verdade que o sub-título reza: “Ensaio sociológico sobre aspectos de formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana”.

Acontece, porém, que não se trata apenas dum ensaio. Pois, cada capítulo leva o leitor a conclusões cientificamente válidas, abrindo caminho para novos estudos e tomadas de posições definitivas.

Trata-se, portanto, dum trabalho digno da seriedade e objetividade, finalidade e atualidade e contribuição financeira da UNESCO, da Reitoria da Universidade de São Paulo e da revista *Anhembi*.

Como aparece veladamente no prefácio (pág. 9), houve quem considerasse este ensaio sociológico quase uma contribuição perigosa, como se os investigadores fossem responsáveis pelas tensões latentes ou abertas, que eles se limitaram a descrever e a interpretar. Houve também quem lamentasse as lacunas resultantes do próprio teor de trabalho, por esperarem algo parecido com o que os autores desejavam fazer em seu projeto original. Houve, por fim, quem se insurgisse contra o emprego de conceitos, como “preconceito” e “discriminação” a uma situação de contacto inter-racial, como a de São Paulo.

Foi-nos possível descobrir e sublinhar a filosofia dos autores pela leitura desapassionada e a análise minuciosa da obra. É uma filosofia sem preconceitos raciais, focalizando um ponto de vista sociológico, numa perspectiva única: a descoberta da verdade, na certeza de que a verdade será mais útil à melhoria das relações entre “negros” e “brancos” no Brasil, que as avaliações etnocêntricas, herdadas, consciente ou inconscientemente, do passado escravocrata. E, diante da constatação da existência dum criptoracismo brasileiro, os autores querem contribuir para o esclarecimento dos espíritos, julgando isso indispensável e urgente. Pois

“tanto os brancos, quanto os negros precisam ser reeducados para conviverem de modo construtivo no mundo que está surgindo da nova ordem social igualitária, implantada com a Abolição e com a República” (pág. 12).

Esta “Filosofia do sem-preconceito” aparece numa luz meridiana ao longo dos cinco capítulos da obra.

Capítulo 1º: “Do Escravo ao Cidadão”, de autoria de Florestan Fernandes. É um trabalho de síntese, no qual, em rápidas, mas certeiras pinceladas

o autor no dá a história do Negro em São Paulo, a evolução do seu sistema econômico e o reflexo dela na alteração da situação econômica do Negro. Quem conhece o estilo de Florestan Fernandes, encontrará aqui um pedaço de sua mentalidade de pesquisador sério e construtivo, baseando-se em datas, números, esquemas e quadros sinóticos, fruto de centenas de fichas e duma grande variedade de colaboradores.

Capítulo 2º: “Cor e Estrutura Social em Mudança”, redigidos igualmente por Florestan Fernandes, examina mais de perto a evolução do sistema social de São Paulo, elevando-se do nível mais baixo da sociedade paulistana. Além disso, o autor responde duma maneira exaustiva à pergunta fundamental: “Houve mesmo mudança nas inter-relações raciais a partir da Abolição (1888) e com a advento da indústria, criando um “Negro Novo”, ou provocando apenas “Tendências Emergentes”?

Capítulo 3º: “Manifestações do Preconceito de Cor”, redigido por Roger Bastide, quer-nos parecer um trabalho exaustivo, honesto e corajoso, apontando facetas várias de preconceito de cor em São Paulo. Num estilo vivo, graças à inserção de muitas entrevistas, com uma distinção válida entre preconceito de classe e preconceito de cor, e aplicando esta “subtileza psicológica” aos sírios, aos portugueses e aos italianos, denuncia as barreiras nas promoções nos vários setores.

Capítulo 4º: “Efeitos do Preconceito de Cor”, é uma aplicação prática das constatações do capítulo anterior, de autoria de Roger Bastide, com referências corajosas aos órgãos de fiscalização social: Igreja e Política. A começar da página 190 o autor examina mais detalhadamente os efeitos do preconceito sobre a personalidade do Negro, sublinhando as consequências sociais, psicossociais, econômicas e sócio-culturais. É de se sublinhar a coragem e a honestidade em tratar da “Parêntese sobre a religião dos Pretos na sua relação com o preconceito de cor” (pág. 215).

Capítulo 5º: “A Luta contra o Preconceito de Cor”, redigido por Florestan Fernandes, é o último dos cinco capítulos, numa sequência lógica, preparando a pesquisa sociológica para uma conclusão construtiva. O autor se propõe a desmantelar esta dimensão incômoda do sistema sócio-cultural brasileiro, pondo em relevo as principais tendências ou medidas de combate à discriminação racial e ao preconceito de cor, levada a cabo pelos negros, pelos brancos ou por órgão do governo brasileiro. Na página 246 nos oferece duas tabelas muito interessantes: “O que os negros dever ter ou fazer para ocupar os cargos que somente são concedidos aos brancos e para conseguir oportunidades de ascensão social e econômica” (conforme a opinião das mulheres e conforme a opinião dos homens). Finalmente, na página 255 o autor nos comunica que a reação legal contra o preconceito de cor, contra a mística da branquidade, apesar de toda a tradição brasileira, e somente do ano de 1951.

Finalmente (págs. 269-310), há um Apêndice: “O Preconceito Racial em São Paulo”. É um projeto de estudo, elaborado e redigido, originalmente, por Florestan Fernandes. Lido e discutido por Roger Bastide, foi publicado a partir da segunda edição, com uma análise suplementar de atitudes raciais representáveis quantitativamente.

Em resumo, trata-se dum livro que mereceu os mais amplos elogios de crítica especializada, pela sua seriedade de pesquisa, coragem dos autores e evidência das conclusões.

Acreditamos, e os leitores não de concordar conosco, que a aceitação merecida do livro prende-se também aos seguintes fatores internacionais e nacionais. No cenário internacionais assistimos à intensificação de conflitos raciais. E no cenário nacional?

“Será preciso recorrer, muitas vezes, não à análise de comportamentos, mas à da ausência de comportamento...” (pág. 149). “Nós, brasileiros, temos o preconceito de não ter preconceito. E esse simples fato basta para mostrar a que ponto está arraigado no nosso meio social” (pág. 148).

Há uma espécie de pecado de omissão que os “brancos” cometem contra o homem de cor, cortando-lhe a ascensão na sociedade.

FREI GIOVANNI BOZIC

* *

*

ABRANCHES (Dunshee). — *Como se faziam presidentes*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora. 1973. 351 pp.

A historiografia republicana foi enriquecida neste fim de ano (1973) pela publicação de obras que muito contribuirão para o melhor estudo e a melhor compreensão da vida política republicana. Os três livros, *Rodrigues Alves. Apogeu e Declínio do Presidencialismo*, de Afonso Arinos de Melo Franco, *Como se Fazem Presidentes*, de Dunshee de Abranches, e *Rui e a Economia Brasileira*, de Pinto de Aguiar são diferentes na sua metodologia, representam pesquisas reconstrutivas, ou registros memorialistas, tem valores distintos, mas todos beneficiam muito o conhecimento histórico republicano.

Sobre o primeiro já tive oportunidade de dizer um pouco — menos que merece — sobre o grande valor da obra de Afonso Arinos, uma biografia política que reconstitui a vida política republicana brasileira até à morte de Rodrigues Alves em 1919.